

Notícias

< Poder Judiciário lança 'Programa Dicas de Sustentabilidade' na Semana do Meio Ambiente

06 Junho 2022 | 10h57min

A Secretaria de Gestão Socioambiental, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, lança o Programa Dicas de Sustentabilidade e uma sequência de matérias sobre meio ambiente a partir desta segunda-feira (06/12). A ação faz parte das comemorações do Dia do Meio Ambiente, celebrado no domingo (05/06). A 1ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada na Suécia, faz exatamente 50 anos em 2022. O evento marcou a primeira vez na história em que o assunto foi debatido como uma questão de urgência global.

"A partir dali", explica Helen Petry, chefe da Secretaria de Gestão Socioambiental, do TJSC, "criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP) e se instituiu o Dia Mundial do Meio Ambiente, a maior plataforma global de alcance ambiental, o principal meio da ONU para sensibilizar e promover mudanças em prol do meio ambiente".

Como forma de se integrar às comemorações, de sensibilizar quanto à responsabilidade de todos na preservação dos recursos naturais, de estimular a mudança de hábitos e do comportamento nos padrões de consumo, a Secretaria promove ações durante a Semana desde 2010, com temáticas diferentes a cada ano, e já realizou campanhas, palestras, debates, exibição de documentários, exposições, entre outras ações.

Pierry Santos Gonçalves, integrante da Secretaria, afirma que o tema do Dia Mundial do Meio Ambiente deste ano 'Uma Só Terra', "resgata a necessidade de se viver de forma sustentável, em harmonia com a natureza, promovendo transformações a partir de políticas públicas e das nossas escolhas, rumo a estilos de vida menos poluentes e mais verdes".

As dicas de sustentabilidade serão publicadas, mensalmente, no Portal do Servidor com informações de qualidade e sugestões práticas. "Pequenas atitudes no nosso cotidiano fazem a diferença e contribuem para a promoção da sustentabilidade no nosso planeta", conclui Pierry.

[Confira o Programa Dicas de Sustentabilidade](#)

CONFIRA OS EVENTOS PROMOVIDOS POR OUTROS ORGÃOS NESTA SEMANA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Semana do Meio Ambiente ocorrerá entre os dias 20 a 24 de junho de 2022. O evento tem como objetivo a promoção da sustentabilidade por meio de palestras, oficinas, visitas técnicas, mostra científica, todas as atividades são gratuitas e abertas ao público.

<https://ufscsustentavel.ufsc.br/semana-do-meio-ambiente/>

<https://ufscsustentavel.ufsc.br/2022/05/02/semana-do-meio-ambiente-2022-mostra-cientifica/>

<https://ufscsustentavel.ufsc.br/>

Contato da gestão ambiental: +55 48 3721-4202

Telefone (48) 3721-4227 (Contas como contato para dúvidas dos posters da SMA)

ESUMP-GO Palestra "Estado Socioambiental Democrático e a Justiça Ambiental no Brasil"

Dia 06 de junho, das 09:30 às 11:00. Via plataforma zoom, é necessário realizar inscrição, o acesso será mediante link individual.

O evento será promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás (Esump-GO), Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais (Sub Institucional), Centro de Apoio Operacional (área Meio Ambiente e Consumidor - CAO/MPGO) e Comissão de Gestão Ambiental (CGA).

A abertura do webinar será feita pelo procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), Aylton Flávio Vechi. O tema da palestra "Estado Socioambiental Democrático e a Justiça Ambiental no Brasil" será abordado pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes Rocha

<https://esump.mpggo.mp.br/cursos/course/view.php?id=550>

<http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/palestra-on-line-esump-sub-institucional-cao-cga-dia-mundial-do-meio-ambiente-6-6-2022-inscricoes-abertas>

[Ouça o nosso podcast.](#)



Conteúdo: Assessoria de Imprensa/NCI
Responsável: Ângelo Medeiros - Reg. Prof.: SC00445(JP)

[Carreira link deste conteúdo](#)

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina utiliza cookies, armazenados apenas em caráter temporário, para geração de informações estatísticas de visitação no seu portal institucional e aperfeiçoamento da experiência do usuário na utilização de serviços online, conforme nossa [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#) para navegação no site do PJSC. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com esse procedimento.

CIENTE

O que você está procurando?

PESQUISAR

[Institucional](#)[Tribunal de Justiça](#)[Comarcas](#)[Juizados e Turmas](#)[Legislação](#)[Imprensa](#) [Notícias](#) [Secretaria de Gestão Socioambiental alerta para as consequências das mudanças climáticas](#)

Notícias

Secretaria de Gestão Socioambiental alerta para as consequências das mudanças climáticas

07 Junho 2022 | 13h30min

O mecânico Alfredo Moser, mineiro de Uberaba, teve uma ideia genial que se espalhou por 15 países, com impacto positivo na vida de milhares de pessoas. Quando sua casa ficou sem luz, numa noite de 2002, ele utilizou garrafas plásticas pet com água e uma pequena quantidade de cloro. O insight de Moser, 20 anos depois, é reproduzido em mais de um milhão de casas e é chamado de "luz engarrafada". Sua saga foi narrada pela BBC.

O que este assunto tem a ver com o Poder Judiciário de Santa Catarina? E qual a relação dele com os impactos das mudanças climáticas? Estas são algumas das questões debatidas pela Secretaria de Gestão Socioambiental, do TJSC, que lançou o [Programa Dicas de Sustentabilidade](#) na segunda-feira (06/06) e, ao longo da semana, publica uma sequência de matérias sobre o meio ambiente. A ação faz parte das comemorações do Dia do Meio Ambiente, celebrado no domingo (05/06). "Solução sustentável de iluminação, a invenção de Moser beneficiou comunidades vulneráveis na Índia, Bangladesh, Tanzânia e Fiji, entre tantas outras", sublinha Pierry Santos Gonçalves, da Secretaria de Gestão Socioambiental do TJSC.

Para ele, a questão se relaciona a outra, extremamente urgente: a mudança climática. "Essas mudanças vão muito além da discussão sobre o aumento da temperatura no planeta em 1,5 ou 2 graus", diz. O fenômeno, pontua o servidor, causa a perda de biodiversidade, acidificação dos mares, insegurança alimentar, desastres naturais e aumento de eventos extremos.

As transformações, explica Pierry, podem ter causas naturais, como variações na radiação solar, nos movimentos orbitais da Terra ou ser consequência das atividades humanas. "Desde 1800, a partir da Revolução Industrial, o homem tem sido o principal protagonista das mudanças climáticas, principalmente pela emissão de gases de efeito estufa, com a queima de combustíveis fósseis, de derivados de petróleo, de carvão mineral e de gás natural", afirma.

E, claro, em decorrência do desmatamento, da agropecuária, da decomposição de resíduos, do sistema industrial, de construção e de transportes. "As consequências do aumento da temperatura", explica Aline Souza Cândido, estagiária da Secretaria e aluna do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC, "incluem secas intensas e prolongadas, ondas de calor, eventos de chuvas extremos, ciclones tropicais, tempestades, incêndios severos, enchentes, enxurradas e deslizamentos, além de derretimento das calotas polares e aumento do nível do mar".

Segundo ela, o impacto das mudanças climáticas incide principalmente sobre populações mais pobres e de países em desenvolvimento, com pouca capacidade de adaptação a riscos e baixa resiliência, que "historicamente são os que menos contribuíram para a emissão de gases de efeito estufa", afirma. A chefe da Secretaria de Gestão Socioambiental, Helen Petry, destaca algumas ações práticas que podem ser tomadas: "acelerar o fim do uso de combustíveis fósseis, implementar uma transição para energia limpa e renovável, investir na eficiência energética e na redução de consumo, investir para adaptação e resiliência, reduzir o desmatamento e investir em reflorestamento, reduzir as emissões de metano e investir em transportes coletivos com baixa emissão de gases de efeito estufa".

Para Helen, ações governamentais integradas, aliadas a boas ideias – como a de Alfredo Moser – podem tornar o mundo mais sustentável e a vida de todos nós mais saudável.

[Ouça o nosso boletim.](#)

Conteúdo: Assessoria de Imprensa/NCI
Responsável: Ângelo Medeiros - Reg. Prof.: SC00445(JP)

[Copiar o link desta notícia.](#)[Fale conosco](#)

Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208
Centro - Florianópolis - Santa Catarina
CEP: 88020-901
CNPJ: 83.845.701/0001-59

Segunda a sexta das 12h às 19h

Telefone: (48) 3287-1000

[Consulta de e-mails](#)[Endereços e telefones](#)

Siga-nos nas mídias sociais:



Centro de Atendimento e Informações

Pesquisa de Satisfação

Plantão Judiciário

- Comarcas
- Tribunal de Justiça
- Turmas de Recursos e de Uniformização



Carta de serviços ao usuário



Ouvidoria



Encarregado pelo tratamento de dados pessoais

[Institucional](#)[Tribunal de Justiça](#)[Comarcas](#)

O que você está procurando?

PESQUISAR

Institucional ▾

Tribunal de Justiça ▾

Comarcas ▾

Juizados e Turmas ▾

Legislação ▾

[Imprensa](#) [Notícias](#) [Tribunal de Justiça de Santa Catarina reduziu 25% o consumo de plástico em três anos](#)

Notícias

Tribunal de Justiça de Santa Catarina reduziu 25% o consumo de plástico em três anos

08 Junho 2022 | 14h17min

Pensar no mundo moderno sem a presença e utilização constante do plástico pode parecer uma tarefa difícil, ao menos para as duas últimas gerações. O uso do plástico se popularizou principalmente a partir da segunda metade do século 20, sendo amplamente utilizado em peças que antes eram produzidas com madeira, vidro, tecido ou papel. E ganhou mais força com o avanço dos pratos, copos, talheres e canudos descartáveis.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina atua por meio do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos que dispõe de coleta seletiva de recicláveis gerados nas comarcas e destinação adequada às cooperativas de reciclagem, como também na racionalização do consumo de copos plásticos e garrafas descartáveis, na sensibilização permanente para a substituição de uso de copos plásticos por canecas retornáveis e no incentivo ao uso de garrafões de água de 20 litros.

Entre 2015 e 2019, ainda antes da ampliação dos regimes de trabalho remoto, o Tribunal contabilizou uma redução de 25% no consumo de copos plásticos e pretende, através do Plano de Logística Sustentável, uma redução de 50% até 2026 em relação aos valores de 2019.

Para Rafaela Vitorino, diretora da Diretoria de Infraestrutura, “é imperativo que busquemos um consumo mais racional dos bens e produtos que envolvam plástico em composição, embalagem ou armazenamento”. Segundo ela, a simples atitude de trazer a caneca para o café da tarde pode representar um impacto positivo considerável, se médio e a longo prazos.

O plástico é produzido a partir de resinas derivadas do petróleo e de outros produtos químicos e aditivos que acrescentam características ao produto final. Todos os anos, o Brasil produz 11,3 milhões de toneladas de plástico, sendo o quarto maior produtor do mundo. Porém, apenas 23% passaram pelo processo de reaproveitamento ao longo dos últimos anos. O resto vai, em grande parte, para aterros sanitários e oceanos.

Estima-se que em todo o mundo cerca de 10 milhões de toneladas de plástico acabem sendo despejados nos oceanos anualmente. Essa grande quantidade de material, além de representar um poluente direto do meio ambiente, afeta a vida animal, ao ser transformado em micro plástico e confundido com alimento, ocasionando a morte de animais. “A forma mais eficiente de evitar números alarmantes desses resíduos sempre será o não consumo e a não produção de tanto plástico”, conclui Rafaela.

Ao longo desta semana, a Secretaria de Gestão Socioambiental publica uma sequência de matérias sobre o meio ambiente, como parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no domingo (05/06).



Conteúdo: Assessoria de Imprensa/NCI
Responsável: Ângelo Medeiros - Reg. Prof.: SC00445(JP)

[Copiar o link desta notícia.](#)

Fale conosco

Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208
Centro - Florianópolis - Santa Catarina
CEP: 88020-901
CNPJ: 83.845.701/0001-59
Segunda a sexta das 12h às 19h
Telefone: (48) 3287-1000

[Consulta de e-mails](#)[Endereços e telefones](#)

Siga-nos nas mídias sociais:

[Centro de Atendimento e Informações](#)[Pesquisa de Satisfação](#)[Plantão Judiciário](#)

- [Comarcas](#)
- [Tribunal de Justiça](#)
- [Turmas de Recursos e de Uniformização](#)

[Carta de serviços ao usuário](#)[Ouvidoria](#)[Encarregado pelo tratamento de dados pessoais](#)

Institucional

[Documentação](#)[Estrutura Judiciária](#)

Tribunal de Justiça

[Composição](#)[Diretorias](#)

Comarcas

[Atos normativos](#)[Circunscrições](#)

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina utiliza cookies, armazenados apenas em caráter temporário, para geração de informações estatísticas de visitação no seu portal institucional e aperfeiçoamento da experiência do usuário na utilização de serviços online, conforme nossa [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#) para navegação no site do PJS. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com esse procedimento.

CIENTE

O que você está procurando?

PESQUISAR

Institucional ▾

Tribunal de Justiça ▾

Comarcas ▾

Juizados e Turmas ▾

Legislação ▾

[Imprensa](#)
[Notícias](#)
[Plano de Logística Sustentável envolve as diversas áreas do PJ catarinense](#)

Notícias

Plano de Logística Sustentável envolve as diversas áreas do PJ catarinense

09 Junho 2022 | 10h44min

O uso dos recursos naturais para a satisfação de necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. Esta é uma das definições clássicas de sustentabilidade, tema primordial quando se fala de meio ambiente, celebrado internacionalmente ao longo desta semana. A política de sustentabilidade do Poder Judiciário catarinense se concretiza por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS), instrumento alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ao planejamento institucional interno. São metas e indicadores de controle para o alcance do desenvolvimento sustentável e da contínua eficiência do gasto público.

Na prática, isso é feito com ações de fomento às contratações sustentáveis; de revisão dos modelos de consumo, de reaproveitamento e de reciclagem de materiais e equipamentos; e de desenvolvimento de atividades voltadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho.

De acordo com a juíza auxiliar do Núcleo Administrativo e presidente da Comissão de Gestão Socioambiental, Iolanda Volkmann, "o PLS é uma ferramenta de governança institucional para o cumprimento da responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário catarinense, como preconiza o art. 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente equilibrado para todos", pontua.

O PLS congrega toda a área administrativa e cada uma das diretorias desenvolve um conjunto de ações próprias para o alcance das metas. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), por exemplo, possui o Projeto de Sustentabilidade dos Serviços de Impressão do PJSC, com o objetivo de organizar, adequar e otimizar o parque de dispositivos e dos serviços de impressão, de forma mais condizente com a nova realidade do Judiciário catarinense, possibilitando ganhos institucionais de gestão e de responsabilidade socioambiental.

Daniel Moro, diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação resalta que o projeto piloto implantado na comarca de Chapecó resultou na otimização dos equipamentos, redução de custos com serviços de impressão, bem como a adoção integral de medidas de sustentabilidade. "Considerando o sucesso e os ótimos resultados obtidos com o piloto, o projeto será estendido para as demais comarcas do Estado. Além disso, a DTI inclui no desempenho das suas atividades a logística reversa e o descarte ambientalmente adequado de peças e de resíduos".

Na esfera privada, também é possível fazer escolhas que criem resultado ambiental positivo, conforme exemplifica Pierry Santos Gonçalves, servidor da Secretaria de Gestão Socioambiental: na alimentação, por exemplo, adquirir produtos do pequeno agricultor em feiras locais, criar pequenas hortas orgânicas nas casas ou optar pelo consumo de produtos originados de sistemas agroflorestais, pois assim se evita o uso equivocado do solo".

Pierry assinala ainda a importância da análise do ciclo de vida dos itens de consumo, da origem ao descarte: "O consumo consciente ganha uma grande importância, e entender a origem e o impacto de tudo aquilo que consumimos é o primeiro passo para uma grande mudança", conclui.

Ao longo desta semana, a Secretaria de Gestão Socioambiental publica uma sequência de matérias sobre o meio ambiente, como parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no domingo (05/06).



Conteúdo: Assessoria de Imprensa/NCI
Responsável: Ângelo Medeiros - Reg. Prof.: SC00445(JP)

[Copiar o link desta notícia.](#)

Fale conosco

Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208
Centro - Florianópolis - Santa Catarina
CEP: 88020-901
CNPJ: 83.845.701/0001-59
Segunda a sexta das 12h às 19h
Telefone: (48) 3287-1000

Consulta de e-mails

Endereços e telefones

Siga-nos nas mídias sociais:



Centro de Atendimento e Informações

Pesquisa de Satisfação

Plantão Judiciário

- Comarcas
- Tribunal de Justiça
- Turmas de Recursos e de Uniformização

Carta de serviços ao usuário

Ouvidoria

Encarregado pelo tratamento

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina utiliza cookies, armazenados apenas em caráter temporário, para geração de informações estatísticas de visitação no seu portal institucional e aperfeiçoamento da experiência do usuário na utilização de serviços online, conforme nossa [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#) para navegação no site do PJSC. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com esse procedimento.

CIENTE

O que você está procurando?

PESQUISAR

Institucional ▾

Tribunal de Justiça ▾

Comarcas ▾

Juizados e Turmas ▾

Legislação ▾

[Imprensa](#)
[Notícias](#)
[PJSC usou critérios de sustentabilidade em 71% das contratações realizadas em 2021](#)

Notícias

< PJSC usou critérios de sustentabilidade em 71% das contratações realizadas em 2021

10 Junho 2022 | 11h03min

O Poder Judiciário de Santa Catarina, em consonância com seu Plano de Logística Sustentável, utilizou critérios de sustentabilidade em 71% das contratações realizadas ao longo de 2021.

Entre outros produtos adquiridos sob estas características, pode-se mencionar: a aquisição de equipamentos de climatização que gastam menos energia, de canetas com componentes recicláveis, de papel reciclável derivado do bagaço da cana-de-açúcar, de mobiliário com madeira legalmente registrada; serviços de coleta de resíduos com destinação ambiental garantida e serviços de fornecimento de refeições com empresas locais.

A meta da instituição, que a realidade mostrou não ser tão audaciosa quanto se imaginava, é alcançar o percentual de 90% das contratações com critérios de sustentabilidade até 2026.

A implantação de um sistema de gestão socioambiental no Poder Judiciário de Santa Catarina, para melhor compreensão, responde à necessidade de preservar o meio ambiente, estimular o desenvolvimento sustentável e, sobretudo, minimizar dos impactos decorrentes da atuação do PJ.

Alinhado à Estratégia Nacional do Judiciário e vinculado ao planejamento estratégico do PJSC, o Plano de Logística Sustentável (PLS) objetiva a adoção de modelos de gestão organizacional que promovam a sustentabilidade. O plano atual possui 50 metas distribuídas em 15 categorias de indicadores de desempenho. Uma das categorias diz respeito às contratações sustentáveis, que compreendem práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente.

Mas o que é contratação pública sustentável? "As contratações públicas sustentáveis podem ser vistas como um procedimento administrativo formal pelo qual o setor público adquire bens e contrata serviços com base em critérios sociais, ambientais, culturais e econômicos definidos por lei", explica Graziela Meyer Juliani, diretora da diretoria de Material e Patrimônio. Ela cita como exemplo a contratação de refeições para participantes do tribunal do júri que privilegie empresas locais.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, o governo brasileiro despense anualmente mais de R\$ 600 bilhões com a aquisição de bens e contratações de serviços (15% do PIB), um valor que deve ser considerado e que, se pautado em critérios de sustentabilidade, pode gerar uma série de benefícios socioambientais, ao mesmo tempo que induz e promove o mercado de bens e serviços sustentáveis.

Outro aspecto importante é o da redução do consumo. "Não se trata apenas de consumir produtos sustentáveis, mas também de reduzir o consumo por meio da otimização de processos e do uso de materiais", pontua Graziela. A simples substituição de documentos impressos por digitais já representa uma drástica redução no consumo de papel.

O Poder Judiciário catarinense, em atenção às diretrizes da Resolução n. 400/2021 do CNJ, adota uma série de medidas para incorporar as contratações sustentáveis ao seu cotidiano. Neste ponto, aliás, destaque para a publicação do Guia de Contratações Sustentáveis, ferramenta que facilita a mudança dos padrões de contratação e de consumo, em busca da melhoria da qualidade do gasto público, do aperfeiçoamento contínuo da gestão dos processos de trabalho e do uso sustentável de bens, materiais e recursos naturais.

Ao longo desta semana, a Secretaria de Gestão Socioambiental publicou uma sequência de matérias sobre o meio ambiente, como parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no domingo (05/06). Este é o texto final.



Imagens: Divulgação/Assessoria de Artes Visuais TJSC
 Conteúdo: Assessoria de Imprensa/NCI
 Responsável: Ângelo Medeiros - Reg. Prof.: SC00445(JP)

[Copiar o link desta notícia.](#)

[Fale conosco](#)

Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208
 Centro - Florianópolis - Santa Catarina
 CEP: 88020-901
 CNPJ: 83.845.701/0001-59
 Segunda a sexta das 12h às 19h
 Telefone: (48) 3287-1000

[Consulta de e-mails](#)

[Endereços e telefones](#)

Siga-nos nas mídias sociais:



Centro de Atendimento e Informações

Pesquisa de Satisfação

Plantão Judiciário

- Comarcas
- Tribunal de Justiça
- Turmas de Recursos e de Uniformização

[Carta de serviços ao usuário](#)

[Ouvidoria](#)

[Encarregado pelo tratamento de dados pessoais](#)

Institucional

- [Documentação](#)
- [Estrutura Judiciária](#)
- [Eventos](#)
- [Galeria de presidentes](#)
- [Identidade e comunicação visual](#)
- [Missão e Visão](#)
- [Organograma](#)

Tribunal de Justiça

- [Composição](#)
- [Diretorias](#)
- [Dirigentes](#)
- [Grupo de Monitoramento e Fiscalização](#)
- [Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas](#)
- [Órgãos Administrativos](#)
- [Órgãos Julgadores e Sessões](#)
- [Pautas de Julgamento](#)
- [Presidência](#)
- [Primeira Vice-Presidência](#)
- [Segunda Vice-Presidência](#)
- [Suspensão de prazos e expediente](#)
- [Terceira Vice-Presidência](#)
- [Transferências e cancelamentos de sessões](#)
- [Visite o TJSC](#)

Comarcas

- [Atos normativos](#)
- [Circunscrições](#)
- [Lotação de Magistrados](#)
- [Páginas das comarcas](#)
- [Pauta de audiência](#)
- [Suspensão de prazos e expediente](#)
- [Unidade das Questões Agrárias](#)

Juizados e Turmas

- [Juizados Especiais](#)
- [Pautas das sessões das Turmas Recursais](#)
- [Turmas de Recursos e de Uniformização](#)

Legislação

- [Externa](#)
- [Interna](#)

Outros

- [Acessibilidade](#)
- [Alto contraste](#)
- [Fale conosco](#)
- [Mapa do Portal](#)
- [Página inicial](#)
- [Pesquisa](#)
- [Webmail](#)

